

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

GORETI APARECIDA SILVANI CARDOSO

O PAPEL DA RECREAÇÃO E LAZER NA SECRETARIA DE ESPORTES
E TURISMO/COORDENADORIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO:

QUANDO NEM TUDO É BRINCADEIRA

MONOGRAFIA APRESENTADA À FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNICAMP COMO REQUISITO PARCIAL DA CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM RECREAÇÃO E LAZER, SOB A ORIENTAÇÃO DO PROF. DR. ANTONIO CARLOS BRAMANTE.

CAMPINAS

JULHO - 1992



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

GORETI APARECIDA SILVANI CARDOSO

O PAPEL DA RECREAÇÃO E LAZER NA SECRETARIA DE ESPOR-
TES E TURISMO/COORDENADORIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO:
QUANDO NEM TUDO É BRINCADEIRA

CAMPINAS

JULHO - 1992

SUMÁRIO

	PÁGINA
CAPÍTULO I	
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO II	
O SIGNIFICADO DE RECREAÇÃO E LAZER E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO ESTADO DE SÃO PAU- LO.....	05
CAPÍTULO III	
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES PARA UMA POLÍTICA DE LAZER EFICAZ NO ESTADO DE SÃO PAULO	22
ANEXO	29
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	30

...QUANDO NEM TUDO É BRINCADEIRA diz respeito à recreação enquanto lúdica, onde o Homem passa a viver mais o seu habitat, criando laços afetivos com sua cidade, quebrando assim barreiras entre o indivíduo e o seu meio. Somente assim poderemos acreditar que nossos objetivos e sugestões aqui propostos não se transformem em utopia; e que realmente os homens públicos sensibilizem-se com as más condições para a prática do lazer e ofereçam à comunidade melhores oportunidades para tal. Assim, então, poderemos compreender o ser humano no seu contexto bio-psico-social.

CAPÍTULO I

I N T R O D U Ç Ã O

Todo grande conflito social como guerras e revoluções trazem consequências positivas e negativas. Da Revolução Industrial até os nossos dias, o homem modificou totalmente o seu estilo de vida; daí, grandes transformações ocorreram. As mudanças são percebidas, não somente pelos grandes abalos que o nosso sistema ecológico sofre, como também pela substituição de uma simples cadeira de madeira e palha por uma confortável cadeira giratória, encontrada tanto no mais simples como no mais sofisticado escritório. De uma simples "dona de casa", a cada dia que passa, o papel da mulher fica mais nítido no contexto social, onde os aparelhos eletrodomésticos invadem toda a intimidade do lar. As crianças deixam de ser crianças, com compromissos assumidos mais cedo, como escola, aulas de natação, judô, karatê, balé, inglês ... E tudo vira uma correria!

Assim, traçamos o perfil do homem moderno, presente no dia a dia: sempre correndo, enfrentando congestionamentos de trânsito, filas para tudo, sem um tempo para si, para o

seu descanso, para o seu lazer ... E toda uma "cultura" começa a ser esquecida ... Já não encontramos mais aquelas reuniões nas calçadas, em noites de calor, onde, após o jantar, a vizinhança se reunia para um "dedo de prosa", enquanto as crianças, no meio da rua, brincavam de "pega-pega", "betis", "amarelinha" ou simplesmente se reuniam para "brincadeiras de roda cantada".

Essas reuniões ainda existem, mas ocultas, nos "fundões" do interior dos estados brasileiros, onde o "bate-papo" já não é como o de outrora, existindo até uma certa agressividade, revolta, nos assuntos abordados nesses encontros; são as dificuldades, a crise econômica, o desemprego; e esse "dedo de prosa" deixa de ser costumeiro, para se transformar em "encontros casuais", devido aos inúmeros "compromissos com a vida". O que dizer então dos "encontros" nos grandes centros ?

Será que nesses "compromissos com a vida" não existe possibilidade de se agendar pelo menos alguns minutos, ou algumas horas para os nossos sonhos e devaneios ? O que leva o homem a não se importar com o seu descanso ?

"Oh! que saudades que tenho

Da aurora da minha vida,

Da minha infância querida

Que os anos não trazem mais!

Que amor, que sonhos, que flores,

Naquelas tardes fagueiras

À sombra das bananeiras,

Debaixo dos laranjais!"

(Meus Dito Anos - Casimiro de Abreu)

Hoje, muros e portões eletrônicos são er-
guidos em residências e condomínios. As crianças, no pouco
tempo que lhes resta, passam horas frente à televisão, assis-
tindo programas "enlatados" ou, simplesmente "brincando" com
video-game, cada vez mais isoladas, sem o contato sadio com
outras crianças.

Nesse momento de tantas mudanças, transfor-
mações, sofrimentos, crise financeira, violência, etc, torna-
se difícil apontar o responsável ou, responsáveis, pelo
"caos" em que a vida se transformou, sem tempo para si ... É
mais fácil condenar e acusar o "sistema" do que reparar as
falhas; falhas essas que deveriam começar a ser repassadas
pela nossa própria consciência, bem como pelas autoridades
responsáveis pela recreação e o lazer, pois são tão importan-
tes, como os nossos hábitos alimentares, vestuário, moradia
com as exigências básicas de saneamento, etc. Consciência es-
sa no sentido de que promova uma reflexão mais com o senso
crítico quanto às formas de recrear-se; que o homem, enquanto
sociedade, possa obter, após um dia exaustivo de compromis-
sos. Portanto, proporcionar uma oferta gratificante, descon-
traída e não mecanizada.

Considerando a existência da Secretaria de
Esportes e Turismo do Estado de São Paulo/Coordenadoria de
Esportes e Recreação (SET/CER), cabe a esse setor de adminis-
tração pública estadual, criar uma política de ação consis-

tente para essa área de serviços.

O propósito desta pesquisa vem de encontro às experiências vividas como funcionária da Delegacia Regional de Esportes e Recreação de Campinas, onde as Delegacias, bem como as Inspetorias Regionais de Esportes e Recreação, recebem anualmente o calendário de eventos recreativos da Divisão de Recreação da Coordenadoria de Esportes e Recreação e executam apenas e tão somente as fases regionais das atividades previstas no referido calendário. Nota-se um desinteresse bem nítido de muitos municípios em realizar e participar das atividades propostas pela Divisão de Recreação, bem como a falta de um maior empenho dos Delegados e Inspetores Regionais de Esportes e Recreação, a fim de estreitar o relacionamento junto aos municípios de suas regiões no que se diz respeito à recreação e o lazer.

Sendo assim, a proposta desta pesquisa será a de apresentar sugestões para o desenvolvimento de uma estrutura operacional, ou seja, um referencial para a atuação da Divisão de Recreação e todos os seus segmentos (DRERs e IRERs) quanto ao acompanhamento de todos os eventos, de seu calendário, desde a fase municipal, bem como dos eventos elaborados pelos municípios, associações de bairros, escolas e todo e qualquer projeto que envolva a recreação e o lazer.

CAPÍTULO II

O SIGNIFICADO RECREAÇÃO E LAZER E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Para se propor uma política de recreação e lazer, torna-se necessário rever alguns conceitos nesse sentido.

Se procurarmos a palavra "lazer" no dicionário, veremos que o seu significado é "ócio, descanso, folga, vagar". (01)

Segundo Dumazedier, o lazer é "um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais".(02)

Por outro lado, Renato Requiza conceitua o lazer "como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do

(01) - Médio Dicionário Aurélio Buarque de Holanda.

(02) - Marcellino Lazer e Humanização, p.25

indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social".(03)

Neste aspecto, existem manifestações, por parte da população, pela necessidade de lazer, passando esta a ser tão básica quanto as consideradas vitais; ou seja, saúde, cultura, habitação, vestuário. Essas manifestações tem acontecido, sejam reivindicando mais áreas verdes, áreas livres, ou mesmo pela redução das horas de trabalho, o que prova que os antigos preconceitos contra o lazer começam a desaparecer. Por outro lado, o conceito sobre o trabalho aos poucos vem sendo mudado. Com a diminuição das horas de trabalho reconhece-se, então, a importância das horas livres, do repouso semanal, das férias anuais, bem como da cessação legal da vida de trabalho através da aposentadoria.

Assim sendo, o lazer, aos poucos, tornou-se uma bandeira política, onde homens públicos sensibilizam-se ao depararem com as más condições ambientais para a prática do lazer para a comunidade.

É preciso então, formular uma política de lazer, seja ela municipal, regional, estadual ou mesmo nacional.

Requixa, propõe três ordens de diretrizes para uma política nacional de lazer:

1. observações gerais sobre o processo de urbanização e

(03) - Requixa. Sugestões e diretrizes para uma política nacional de lazer, p.35

- reordenação dos espaços de lazer;
2. fixação de uma posição doutrinária: a democracia cultural e a melhoria da qualidade de vida;
 3. os recursos materiais e humanos da ação sócio-cultural.

Reafirma, assim, a necessidade de uma política de lazer, a qual incorpore os três aspectos levantados acima:

1. quanto à ordenação dos espaços - compreendidos aí os equipamentos e instalações para o lazer - ;
2. reordenação do tempo, do tempo de trabalho especialmente, a partir das horas de trabalho, diárias ou semanais, favorecer condições para que possam agilizar providências inteligentes: sem alterar fundamentalmente a duração do trabalho diário, semanal ou anual, conseguir uma ampliação considerável do tempo livre e, conseqüentemente, do tempo de lazer;
3. em relação à animação sócio-cultural dos equipamentos de lazer, envidar as providências cabíveis e destinadas a conferir-lhe maior eficiência, quer pela formação profissional específica, quer pelo treinamento e aperfeiçoamento dos recursos humanos necessários". (04)

Além de conceituarmos o lazer sob o ponto de vista de alguns autores, o mesmo é historicamente situado na época em que ocorreu tal fenômeno, para tornar mais fácil

(04) - Requiça, Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer, p.99

o entendimento de uma proposta de política em recreação e lazer. Para tal, buscamos em Marcellino, que cita, em um de seus ensaios, que "o fenômeno lazer, dá-se paradoxalmente, a partir da Revolução Industrial - o progresso tecnológico permitiu maior produtividade com menos tempo de trabalho. Nesse aspecto, surge como resposta as reivindicações sociais pela distribuição do tempo liberado do trabalho, ainda que, num primeiro momento, essa partilha fosse encarada apenas como descanso, ou seja, recuperação da força de trabalho." (05)

A partir da Revolução Industrial, o homem passou a ter mais tempo livre. Porém, esse novo tempo gera novas necessidades de infra-estrutura da sociedade urbano-industrial.

"São reivindicadas novas formas de relacionamento social mais espontâneas, a afirmação da individualidade e a contemplação da Natureza." (06) - como exemplo desse processo social, temos as fugas das grandes cidades, nas férias e fins de semana ... Isso implica na chamada Revolução Cultural do lazer que, para o autor, é uma verdadeira utopia. Utopia porque está sendo feita de forma desorganizada, gerando a chamada "indústria cultural", os "bens de consumo". Conclui ainda o mesmo autor que "o lazer merece tratamento sério sobre suas possibilidades e riscos devendo o mesmo ser considerado não como simples fator de amenização humana, ou melhor, de sobrevivência do homem no homem." (07)

(05) - Marcellino, Lazer e Humanização, p.15

(06) - Ibid. p.15

(07) - Ibid. p.17

O que pretendemos neste capítulo, é evidenciar que o homem assume compromissos com o seu meio, comprometendo-se com a família, o trabalho e o seu grupo social, necessitando tão e somente de um "tempo livre", das horas que se excedem ao trabalho. E, essas horas livres ficam a cargo do Estado, cuja preocupação está em promover o bem-estar social do indivíduo.

Esse "descanso" o qual o homem necessita tanto nos dias atuais, visa a sua compensação da fadiga semanal, através de seu aprimoramento físico e cultural, beneficiando o seu desenvolvimento. Cabe assim à administração pública responsável pelo lazer e recreação a elaboração e assistência aos programas desse setor de serviços bem como promover atividades recreativas para a comunidade em geral.

A título de exemplo operacional, Martin (08), propõe uma programação que pode ser dividida por áreas assim distribuídas:

- a- habitantes de áreas: centrais, periféricas e rurais
- b- mulheres
- c- idosos
- d- crianças
- e- adolescentes
- f- migrantes e grupos étnicos
- g- deficientes e pessoas confinadas
- h- turistas e visitantes

Salienta ainda o autor que a duração de um

programa de lazer "não pode restringir-se a uma política de atividades, mas deve definir uma política de localização de equipamentos, ampliação do tempo livre e de animação sócio-cultural." (09)

A nível Governo de Estado de São Paulo, a recreação e o lazer tiveram a sua evolução histórica a partir de 1954 como veremos a seguir.

Tudo começou com o antigo DEFE - Departamento de Educação Física e Esportes, que foi criado pela Lei n. 2749, de 29.05.54 (o artigo da Lei 2749 fixa as atribuições do DEFE: "as atribuições anteriormente cometidas aos dois departamentos ora fundidos ficam transferidas para o Departamento de Educação Física e Esportes(DEFE), ao qual cabe dirigir, orientar, fiscalizar todas as atividades referentes à educação física e à prática esportiva, no Estado de São Paulo, observados no que couber, as diretrizes federais"). Assim, a criação do DEFE aconteceu através da fusão de dois órgãos: o Departamento de Educação Física da Secretaria da Educação e o Departamento de Esportes da Secretaria do Governo (mais tarde tornou-se Secretaria da Promoção Social).

Fato interessante que podemos observar é que, em momento algum, o Decreto n. 4093/74 (CER) como a Lei n. 2749/54 (DEFE) atribuem ao DEFE responsabilidades explícitas na área de recreação. Porém, existia um serviço de Educação Física da Secretaria da Educação o qual foi incorporado ao DEFE.

Em 1956, o Serviço de Parques Infantis passou a ser chamado de Serviço de Recreação, onde, além de dar continuidade ao trabalho iniciado pelo Serviço de Parques Infantis, começou também a promover cursos de recreação para professores de Parques Infantis, o qual mantinha vinculado junto à Secretaria da Educação.

Em 1967, o Decreto n. 49165, de 29.12.67, cria a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, a qual mantinha vinculação com o DEFE, onde o Serviço de Recreação manteve-se inalterado.

Em 1974, é criada a CER (Coordenadoria de Esportes e Recreação) através do Decreto n. 4093, de 26.07.74, cujo artigo 11 diz: "a CER executará a política de esportes e recreação no Estado". Porém, a forma de atuação desse órgão não é definido, nem implícita ou explicitamente. Somente através do Decreto 5929, de 15.03.75, é criada a Secretaria dos Negócios de Esportes e Turismo, a qual dá condições definitivas para a estruturação administrativa para o funcionamento do Sistema Estadual de Desportos (Decreto Lei 190/70). Com isso, a CER passou a fazer parte dessa Secretaria onde definiu o seu papel institucional, onde estão especificadas as atribuições dos órgãos criados para integrar o Sistema Estadual de Esportes. (Anexo I)

Se fizermos uma breve análise na evolução das propostas desenvolvidas pela Divisão de Recreação da SET/CER, podemos notar que, durante a sua existência, esse órgão foi crescendo e amadurecendo até os dias de hoje. Sua

preocupação atual é a de proporcionar atividades recreativas diversificadas, procurando atender a comunidade em geral, em todo o Estado de São Paulo, inclusive a capital, oferecendo assim, atividades recreativas também para deficientes, idosos e crianças com idade escolar.

No decorrer de sua atuação, no entanto a SET/CER teve passagens marcantes com seus prós e contras, como por exemplo:

. 1975 - iniciam-se eventos esporádicos. Exemplo: a campanha "Mexa-se";

. 1977 - data marcante, pois dois eventos aconteceram neste período:

a- o 1. Campeonato Paulista de Truco cuja aceitação é indiscutível, com a participação maciça dos municípios, em todas as suas fases (desde a fase municipal até a fase final estadual); esse evento é realizado até os dias de hoje;

b- início do Programa " Esportes Para Todos " (EPT) a nível nacional, sendo que a partir de 1982, a Divisão de Recreação passou a atuar em conjunto com o referido programa, com o papel de promover encontros com os agentes municipais, a fim de que esses se tornassem multiplicadores em seus municípios; (esse programa não se manteve por muito tempo);

. 1981 - homologação do curso de recreação infantil pelo DRHU (Departamento de Recursos Humanos) da Se-

cretaria da Educação; hoje, os cursos ainda existem, porém, por questões burocráticas, a Secretaria da Educação deixou de firmar convênio para a realização dos mesmos;

. 1984 - surge o curso de recreação comunitária que até a presente data é muito solicitado pelos municípios do Estado;

. 1983 à 1986 - a equipe técnica da Divisão de Recreação propõe o projeto "Eventos Recreativos Estaduais", tendo como um de seus objetivos "sugerir aos órgãos municipais formas de organização de eventos recreativos para grandes públicos" (10). Através desse projeto, a Divisão de Recreação começa a sua descentralização, bem como passa a oferecer orientação técnica e material de divulgação dos eventos (kits). Foi através de reivindicações dos municípios que se deu essa descentralização, pois esses "eventos estaduais" constituíam 12 sugestões diferentes de atividades recreativas, que o município deveria realizar, uma por mês, sendo que em cada mês as atividades seriam diferentes. Com sugestões apresentadas por parte dos municípios, a Divisão de Recreação deixou de "estipular" ou "determinar" o evento no mês, ficando a critério do município a escolha para o mês do evento que melhor lhe

(10)-Revista Recreação Para Todos - Divisão de Recreação da CER, p.09

conviesse de acordo com os seus interesses.

Nesse período ainda compreendido entre 1983 à 1986, foi elaborado uma política de lazer a nível de Estado.

Segundo o documento da proposta de política de lazer para o Estado de São Paulo feita durante o Governo de Montoro, observou-se que a ação governamental tinha sido nula até aquele momento, uma vez que seus esforços até então foram para implantar algumas atividades de recreação (corridas, passeios a pé, circuitos culturais), com a finalidade de servir como alternativas para o preenchimento de tempo livre, principalmente do paulistano. Sendo assim, até aquele dado momento, o lazer não tinha sido objeto de maiores atenções por parte da ação governamental, pois, a maioria da população não tinha acesso ao lazer pelos motivos da inexistência de infra-estrutura organizacional resultando assim que apenas uma minoria da população, com melhor poder aquisitivo, tinha condições e acesso ao mesmo (geralmente privatizados).

Frente a esse problema, traçou-se propostas de política de lazer, compreendidas no período de 4 anos, de 1983 à 1986, cujas diretrizes básicas apresentavam-se com a seguinte redação:

"1- descentralização administrativa e participação comunitária: o poder de decisão ficará próximo da comunidade respeitando-se assim a forma e ao conteúdo do seu "tempo livre", cujas manifestações seriam mais espontâneas, de acordo com as estruturas disponíveis;

2- a orientação da estrutura governamental para o atendimento das necessidades básicas da população teria como resultado um maior aproveitamento dos recursos ociosos de Estado, os quais serão colocados à disposição da comunidade;

3- a atuação governamental, ao entender as necessidades básicas da população, estaria ampliando o mercado de trabalho sob a perspectiva de atuação técnica e profissional do pessoal especializado em educação física, esportes e turismo, uma vez que esse mercado vem sendo ocupado por elementos com formação incompatível aos requisitos básicos do setor." (ii)

Essa política ainda determinava que ficaria a cargo da comunidade o poder de decisão, fiscalização e controle da aplicação dos recursos que o governo pudesse aplicar.

Quatro necessidades básicas deveriam ser atendidas pelas ações e medidas governamentais, pois assim, durante o ano, todas as pessoas, de todas as idades, poderiam ocupar-se do seu tempo livre e o conteúdo dessa política de lazer seria assim compreendido:

1- prover meios de recreação sem liderança (exceto supervisão e custódia), ou organizar recursos recreacionais como parques, praias, locais para piquenique, campos de futebol, quadras poliesportivas, bibliotecas e locais de exposições;

(ii)-Política de Lazer para o Estado de São Paulo, p.05

- 2- prover liderança e equipamento para um amplo programa de atividades organizadas, que incluiriam esportes, música, teatro, artes e artesanato, educação de adultos e atividades sociais;
- 3- prover liderança para grupos de menores, contínuos e autodeterminados, permitindo, assim, a oportunidade de estreita associação grupal;
- 4- prover orientação especial de indivíduos desajustados e de quadrilhas, através de atividades recreacionais de grupo.

Observa-se que, com essas quatro necessidades básicas, procurava-se suprir uma carência física de estruturas e equipamentos destinados à recreação.

Hoje, o que encontramos em relação aos eventos recreativos da Divisão de Recreação, é que, de uma certa maneira, eles ainda são os mesmos oferecidos aos municípios, porém, com uma nova "roupagem". Percebemos então que, de um modo muito lento, os municípios, aos poucos, começaram a se organizar em relação às atividades recreativas, porém, sem uma continuidade devida, ficando assim os eventos realizados "esporadicamente". Aos poucos, eles começaram a aderir em maior número às novas atividades recreativas oferecidas pela Divisão de Recreação que compreendem:

- campeonato estadual de bocha
- campeonato estadual de dominó
- campeonato estadual estudantil do jogo de damas: oferecido para crianças desde a 3ª.série do primeiro grau a-

té a 3a. série do segundo grau dos estabelecimentos de ensino da rede oficial e particular do Estado de São Paulo.

- campeonato estadual comunitário do jogo de damas: para a comunidade em geral
- campeonato estadual de malha
- campeonato paulista de truco: esse evento de grande aceitação, vem multiplicando-se a cada ano que passa o número de adeptos e municípios participantes.

Para complementar a busca de dados para referenciar o presente trabalho, duas questões foram feitas à Divisão de Recreação, em entrevista realizada na sede da SET/CER - São Paulo, com a profa. Loanda Maria Castello Branco, diretora desse órgão:

- 1- Qual tem sido a política e as diretrizes de ação do setor da Divisão de Recreação nos últimos 5 anos (de 1987 à 1991)?
- 2- Quais as políticas e diretrizes de ação para o futuro imediato (dentro do atual governo)? / Onde querem chegar?

O fruto dessa entrevista revelou-nos os novos propósitos do órgão, esperando-se que a partir de 1990, cada município caminhe sozinho, cabendo a esse órgão o apoio no sentido de fornecer o material promocional (cartazes e folhetos para divulgação), além da assessoria técnica, quando esta for solicitada. Sendo assim, a preocupação maior para com as prefeituras municipais será diretiva, onde o município

receberá tudo "mastigado", pronto para a realização do evento.

Com o intuito de atender as diversas faixas etárias que vão desde o escolar até a 3a. idade, novos projetos estão sendo implantados. Basicamente, quatro eventos são prioritários: dama, dominó, bocha e a malha. Estariam assim distribuídos, por faixas etárias, os seguintes eventos:

- dama e dominó: trabalho a ser desenvolvido dentro das escolas, visando o desenvolvimento do raciocínio das crianças (a matemática especificamente). Esses dois eventos atingiram a faixa de escolares bem como os deficientes físicos;
- bocha e malha: destinados aos idosos;

O principal objetivo da Divisão de Recreação é que haja uma sistematização quanto ao programa, organização e forma de execução, a fim de que o município caminhe sozinho, que a comunidade não seja tão absorvida pelos programas da tv e que, semanalmente, possam ser oferecidos eventos recreativos e não apenas os de impacto.

Em um novo encontro com a diretora da Divisão de Recreação, nos foi passado que o atual governo (Fleury Filho), visa um retorno por parte desse órgão quanto às suas metas e propostas nas atividades atuais. Fato esse não ocorreu nos governos anteriores, pois havia uma total autonomia; cada secretário de governo elaborava o seu próprio plano de ação, não havendo assim um direcionamento.

A nova meta é propiciar, a todos os municípios do Estado de São Paulo e capital, atividades recreativas diversificadas, tendo como objetivo, atender à comunidade em geral, bem como a um grande número de deficientes e idosos, proporcionando o preenchimento sadio das horas ociosas, favorecendo dessa forma, a ação na prevenção do uso de drogas entre a população, aumentando o número de participantes de 2.350.000 para acima de 4 milhões.

PLANOS DE AÇÃO (atividades):

- 01- Curso de Recreação Infantil para Pré-Escola
- 02- Curso de Recreação Comunitária
- 03- Campeonato Paulista de Truco
- 04- Campeonato Estadual de Peteca
- 05- Campeonato Estadual de Malha
- 06- Campeonato Estadual de Bocha
- 07- Campeonato de Tranca Inter-Secretarias
- 08- Campeonato Estadual de Dominó
- 09- Campeonato Estadual de Damas
- 10- Viver de Brincar
- 11- Jornada do trabalhador
- 12- Campanha do Agasalho
- 13- Passeio Ecológico
- 14- Divisão de Recreação X APAE
- 15- Pipas no Ar
- 16- Ginástica com Música
- 17- Jogos Comunitários
- 18- Boletins Informativos

- 19- Material recreativo para município-entidades-DRERs e IRERs
- 20- Repasse às DRERs e IRERs de recursos financeiros
- 21- Relatórios

Atualmente, são quatro os projetos esportivos-recreativos e de lazer. Dentro das atividades recreativas destacam-se:

- 1- Projeto com Favelados: está numa fase de estudos e levantamentos das favelas, locais, número da população, etc. Este projeto visa mais a preparação de recursos humanos. Conta com o apoio da UNESCO e outras entidades envolvidas. A parte que cabe à Divisão de Recreação diz respeito a realização de eventos recreativos e de lazer juntamente com a população favelada.
- 2- Projetos com Idosos: tem uma programação sistemática, cabendo à Coordenadoria de Turismo da SET a programação das atividades. Os eventos relacionados a malha e a bocha estão sob a responsabilidade da Divisão de Recreação para a sua realização.
- 3- Projeto com Deficientes: a programação deste projeto e suas devidas adequações está sob a responsabilidade dos Conjuntos Desportivos: Baby Barioni (Água Branca) e Constâncio Vaz Guimarães (Ibirapuera), na cidade de São Paulo.
- 4- Projeto Anti-Drogas: a Divisão de Esportes da CER tem como slogan para esse projeto: "FIQUE ESPERTO, FAÇA ESPORTE!". Em contra-partida, a Divisão de Recreação vi-

sa neste projeto proporcionar muitas atividades recreativas e de lazer, pois assim estará "tirando" das ruas as crianças, o que irá favorecer também uma abertura, principalmente das escolas municipais, para a realização dessas atividades.

CAPÍTULO II

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES PARA UMA POLÍTICA DE LAZER EFICAZ NO ESTADO DE SÃO PAULO

A Divisão de Recreação da SET/CER elabora anualmente um calendário contendo a programação de suas atividades. Muitas dessas atividades vem se repetindo há vários anos, enquanto outras são introduzidas, modificadas ou retiradas quando da elaboração do mesmo. O conhecimento da dimensão desse calendário e de suas atividades, é dado através de publicação em Diário Oficial do Estado (dezembro de todo ano), bem como através das Delegacias e Inspetorias Regionais de Esportes e Recreação, ou seja, a Divisão de Recreação encaminha às Prefeituras Municipais o seu calendário anual, por intermédio das DRERs e IRERs.

Não há como "exigir" o cumprimento desse calendário, pois a exigência é sistemática por parte da SET/CER e não dos dirigentes municipais. Delegados e Inspetores Regionais não têm interesse em divulgar as atividades de recreação, conforme proposto no calendário anual de atividades deste órgão, devido ao fato dos eventos esportivos serem

muitos, e o contingente de funcionários nas DRERs e IRERs, para executar o calendário esportivo é escasso. Essa "exigência" dentro da Divisão de Recreação não acontece devido a:

1- qualquer evento que se queira realizar, hoje em dia necessita de recrutamento de pessoal e isso implica em honorários e, até então, a verba destinada à Divisão de Recreação é insuficiente, não podendo assim, atender às necessidades, nem ser repassada aos organizadores;

2- em muitos municípios, são criados Departamento Municipal de Esportes, ou Comissão Municipal de Esportes, ou Secretaria Municipal de Esportes, etc. E poucos são aqueles que são denominados como Departamento Municipal de Esportes e RECREAÇÃO. Sendo assim, fica difícil para o município preocupar-se com o lazer de sua população, pois muitos desses departamentos apenas foram denominados como "ESPORTES E RECREAÇÃO" ou "ESPORTES E LAZER", não existindo, portanto, pessoas designadas para desenvolver atividades recreativas para a comunidade e nem mesmo diretrizes gerais para tal.

As metas definidas pela Divisão de Recreação da SET/CER dizem respeito à ampliação de eventos com participação direta dos municípios.

- Os municípios do Estado de São Paulo, de um modo geral, têm menos participantes em eventos de recreação e lazer em relação aos eventos esportivos devido a:

- 1- falta de previsão orçamentária destinada para a realização de atividades recreativas, julgando assim o lazer como uma necessidade não prioritária à comunidade;
- 2- falta de melhor qualificação do profissional especializado, pois muitos desses ocupam cargos de chefia por terem "apadrinhamento político" não se interessando em desenvolver atividades recreativas, nem dando a importância devida ao lazer.

O papel da Divisão de Recreação é basicamente estimular a participação e realização de suas propostas, com o objetivo de fornecer subsídios tanto na parte de divulgação; como na implantação de projetos, além de estimular e fornecer material para a realização de eventos.

Atualmente, o calendário recreativo da SET/CER é encaminhado aos municípios, sendo que os eventos que envolvem campeonatos são disputados através de eliminatoria simples, caracterizando-se muito mais um evento competitivo do que recreativo.

As avaliações dos eventos são realizadas através de um relatório bem simples, cujo objetivo da Divisão de Recreação é cientificar-se se houve participação de deficientes e qual a faixa etária que predominou durante a realização do evento.

Em um dos contatos tidos, em reunião com os dirigentes municipais da micro-região de Campinas (SP), de uma maneira bem descontraída, "brincamos" com os dirigentes

dos municípios presentes, no sentido de que, sendo a recreação o último assunto em pauta, ela não passava de um "produto de final de feira, onde ninguém o quer comprar ...". Essa foi a maneira de fazer com que esses representantes começassem a tomar consciência do quanto a recreação está sendo desprezada ... mas, qual surpresa não foi notar que a comunidade está começando a aderir a esses eventos mencionados, forçando assim o município a realizá-los e fazê-los constar em seus calendários.

Resta-nos então, nesse momento, refletir e nos questionar:

- 1- se a recreação e o lazer não estão sendo realizados como deveriam em determinados municípios, é devido a falhas da própria administração pública por não possuir pessoal preparado para tal;
- 2- a comunidade começa a aderir a propostas de atividades oferecidas pela Divisão de Recreação; então, não seria o caso das DRERs e IRERs, se aproximarem das comunidades de bairro existentes em suas regiões administrativas e, através dessas entidades, conscientizar esses dirigentes, não só quanto ao seu calendário existente, mas de uma maneira geral, fazer com que a administração municipal comece a corrigir as falhas existentes em seus próprios departamentos de esportes e recreação ?

Não cremos que seja utopia o exposto a seguir, já que a nossa proposta para uma política de recreação

e lazer a nível estadual deveria ser regionalizada, atendendo as suas necessidades.

A saída que vemos para esses questionamentos está na(o):

- 1- ampliação do quadro de técnicos especializados da SET/CER, através de concurso público, a fim de que venham prestar serviços junto à Divisão de Recreação, bem como nas DRERs e IRERs;
- 2- maior entrosamento entre SET/CER-DRER-IRER-Entidades Privadas-Município-Comunidade(Associações de Bairro), com o propósito de que haja um planejamento urbano, por parte dos municípios, no sentido de preservar e, ou, criar locais específicos para o desenvolvimento do lazer e das atividades recreativas;
- 3- celebração de convênios entre SET/CER-Universidades e Municípios do Estado de São Paulo, que possam propiciar a formação e reciclagem constante de recursos humanos para que realmente a recreação e o lazer deixem de ser apenas "programas de campanhas políticas" ou mera "diversão", mas que possam tornar-se uma realidade efetiva para todos aqueles que dela necessitem como parte essencial do desenvolvimento integral do ser humano;
- 4- elaboração consciente e eficaz de programas de lazer, de maneira a atender, equilibradamente, as necessidades de repouso, divertimento e desenvolvimento, onde a comunidade, por si só, se organize sob a orientação de

- um animador cultural indicado pela administração pública, com livre acesso a todas as camadas sociais;
- 5- que a Divisão de Recreação da SET/CER colabore no sentido de fornecer material para os eventos bem como a orientação técnica-pedagógica;
- 6- destinação de uma verba para as atividades recreativas através de previsões orçamentárias por parte da administração pública.

Enfim, esperamos que os órgãos públicos organizem, juntamente com a comunidade, reuniões e cursos onde, nasça a conscientização da população quanto à importância da recreação e do lazer em suas vidas.

Essa importância está no homem em recrear-se de uma maneira espontânea, onde possa sair da solidão, do "stress", do sedentarismo, da violência.

Até que ponto é real verificar políticos, homens públicos, erguerem a bandeira da recreação e do lazer e irem à luta? Qual o interesse gerado nesses programas? Onde a comunidade estaria incluída nesses benefícios?

Somos questionadores de programas de massificação porque, atrás desses, há sempre interesses e "jogos políticos" que não condizem com a realidade proposta na execução do programa. O belo estará registrado apenas no papel... sem uma busca da realidade cultural. E o delírio da massa justifica o programa; o que importa é o número de participantes (a quantidade) e não a aceitação do programa (qualidade), resultando na defasagem do número em uma segunda explicação

do mesmo evento. Pela escassez de materiais, equipamentos, locais, oportunidades, a vista da "carência" sócio-econômica, a massa é levada ao extremo de que naquele sábado ou domingo, irá para a rua desfrutar algumas horas de lazer mas não consegue perceber a "trama" traçada por trás de tudo isso.

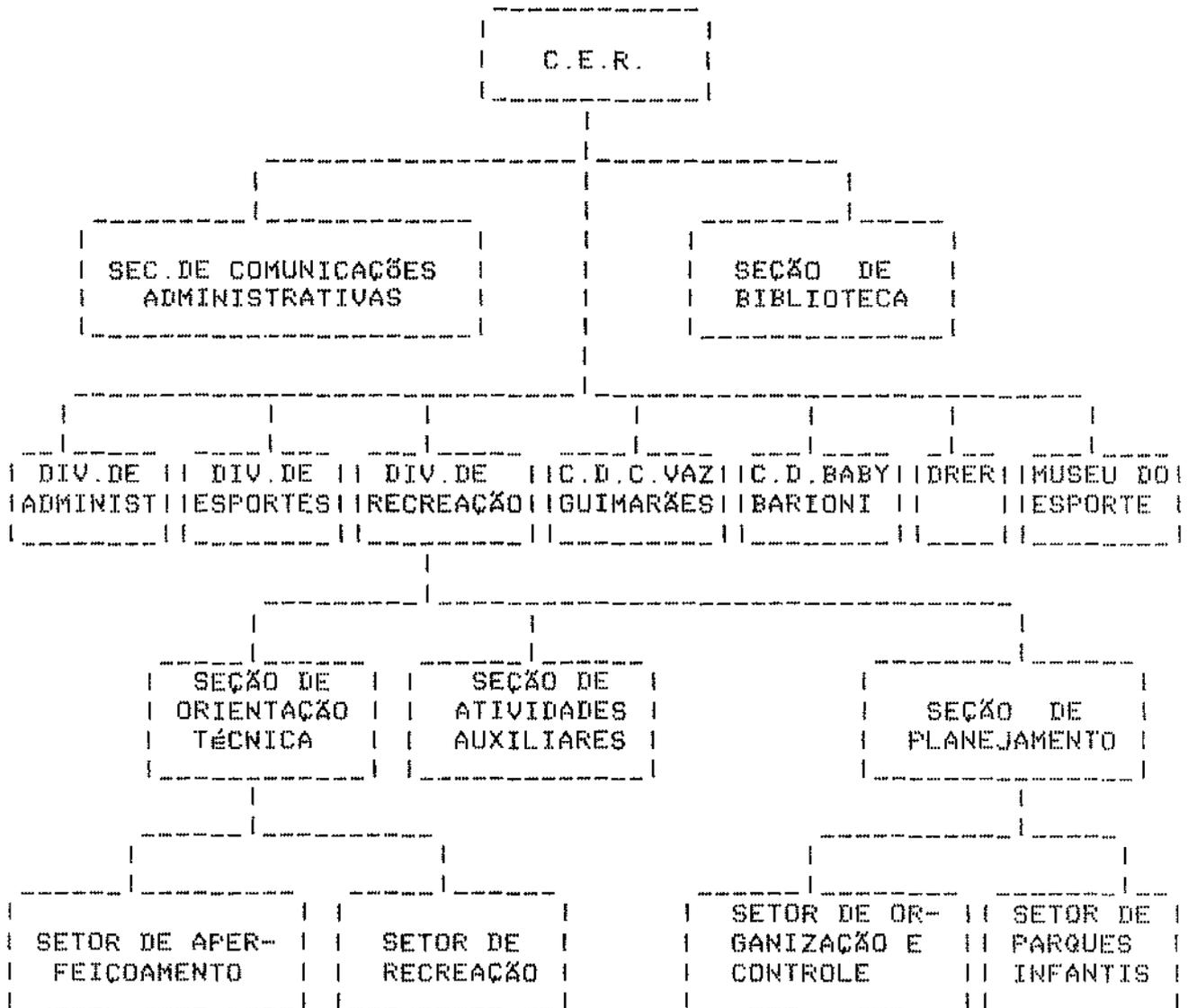
Assim, esperamos fazer com que haja uma política de recreação e lazer consciente. Que as autoridades da administração pública, designadas para esse setor elaborem e executem eventos recreativos de uma maneira que não torne mais o homem em uma lata mecânica, um perfeito robô.

Nosso ponto de vista aqui mencionado, diz respeito à recreação enquanto "lúdica", onde o ser humano deixa de "brincar" com máquinas eletrônicas e passa a viver mais o seu meio urbano, o seu habitat, criando laços afetivos com a sua cidade, quebrando assim barreiras entre o indivíduo e o seu meio. Com isso, podemos compreender o homem como um todo, no seu contexto bio-psico-social

ANEXO

ESTRUTURA FUNCIONAL DA DIVISÃO DE RECREAÇÃO

CONFORME DECRETO N: 4093 , DE 26.07.74



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BETTI, Mauro. Educação Física e Sociedade, São Paulo, Ed. Movimento, 1991
- BRUHNS, Heloisa Turini. A Proposta "Carente" de Lazer x Espaço de Lazer dos "Carentes", Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Vol. 11, N. 03, 1991
- CAMARGO, Luiz Octávio Lima. O que é Lazer, São Paulo, Ed. Brasileira, 1986
- _____. Política de Lazer. Revista Estudos do Lazer N. 01, SESC, outubro, 1986.
- Coletânea de Leis e Decretos. Governo do Estado de São Paulo/SET, 1978
- CRISTAN, Mara Lúcia. Políticas Públicas Para o Esporte, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Vol. 11, N. 03, 1990
- DUMAZEDIER, Joffre. Valores e Conteúdos Culturais do Lazer, São Paulo, SESC, 1980
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação, 2a. ed., Campinas-SP: Papyrus, 1990
- _____. Subsídios para uma política de Lazer - O papel da administração municipal, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Vol. 11 N. 03, 1990
- _____. Lazer e Humanização. Campinas, Papyrus, 1983
- MARTIN, Paulo Ricardo. Lazer nos municípios, Revista Estudos do Lazer, N. 01, SESC, outubro, 1985
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. O que é brinquedo. São Paulo, Brasileira, 1984
- REQUIXA, Renato. Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer, São Paulo, SESC, 1980
- Boletim de Atividades da CER. N. 01, julho, 1989
- Calendário Recreativo da Divisão de Recreação da SET/CER, 1983, 1984, 1985, 1986, 1990, 1991

Jornal Comunidade Esportiva.EPT,N.11,junho,1984

----- N.12,agosto,1984

Jornal Recreação Para Todos,N.05,dezembro,1984

----- N.04,dezembro,1985

----- N.05,dezembro,1986

----- N.06,dezembro,1986

SEED/MEC. Livro Técnico: Fundamentos do Esporte Para Todos,
1983

----- Manual Técnico:Princípios Básicos do EPT,1983

SET/CER. Políticas de Lazer Para o Estado de São Paulo, São
Paulo, s/d.

----- Programa Recreativo Comunitário.São Paulo,1978

----- Revista Recreação Para Todos. março,1987

Revista Comunidade Esportiva.N.22,Ano III,fevereiro,1983

----- N.23,Ano III,março/abril,1983